

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS UNIVERSIDADES APÓS O REUNI

Revista da Universidade Vale do Rio Verde
ISSN: 1517-0276 / EISSN: 2236-5362
v. 20 | n. 2 | Ano 2021

Camila Henriques de Paula Correio
Universidade Federal de Viçosa
camila.paula@ufv.br

Débora Gonzaga Martin
Universidade Federal de Viçosa
debgonzaga@hotmail.com

Fernanda Maria de Almeida
Universidade Federal de Viçosa
fernanda.almeida@ufv.br

RESUMO

O trabalho analisou a composição orçamentária e financeira das universidades após o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) a fim de verificar a capacidade de o governo federal manter as novas e reformadas estruturas. Para isso, foram verificadas as variações dos elementos de despesas e receitas das universidades coletados na Secretaria de Orçamento Federal, Portal da Transparência do Governo Federal e Controladoria Geral da União. Assim, calcularam-se as taxas médias anuais de crescimento dos indicadores orçamentários e financeiros por meio da equação da taxa exponencial de crescimento, estimada pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários. Como resultado, constatou-se que o exercício da função redistributiva pelo governo culminou no crescimento das despesas acima da taxa geral de inflação da economia. Contudo, os resultados dos programas implementados retornam à sociedade na forma de oferta de ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Educação Superior. Reuni. Orçamento. Despesas públicas. Taxa de Crescimento.

ANALYSIS OF THE BUDGETARY AND FINANCIAL OF UNIVERSITIES AFTER REUNI

ABSTRACT

The work analyzed the budgetary and financial composition of universities after the Program to Support Federal University Restructuring and Expansion Plans (Reuni) in order to verify the capacity of the federal government to maintain the new and reformed structures. For this, the variations of the elements of expenses and revenues of the universities collected in the Federal Budget Secretariat, the Federal Government's Transparency Portal and the Federal Comptroller General were verified. Thus, the average annual growth rates of the budgetary and financial indicators were calculated through the exponential growth rate equation, estimated by the Ordinary Least Squares Method. As a result, it was found that the exercise of the redistributive function by the government culminated in the growth of expenses above the general rate of inflation of the economy. However, the results of the implemented programs return to society in the form of teaching, research and extension.

Keywords: College education. Reuni. Budget. Public expenditure. Growth rate.

1. INTRODUÇÃO

A educação é promovida e incentivada em colaboração com a sociedade para o pleno desenvolvimento do indivíduo, exercício da cidadania e qualificação profissional. A União deve organizar o sistema federal de ensino e os Territórios, em regime de colaboração.

No âmbito federal, a União financia as instituições de ensino públicas, exercendo a função redistributiva e supletiva em matéria educacional. Assim, busca-se equalizar as oportunidades educacionais e o padrão de qualidade do ensino por meio da assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 1988).

Amaral (2008) defende que, após a Constituição de 1988, a autonomia das IFES não se efetivou perante a dependência de definições orçamentárias do Poder Executivo e da aprovação no Congresso Nacional.

A arrecadação de recursos próprios nas IFES é baixa e o governo federal, o principal financiador. Pela Lei nº 9.394/1996, no art. 55, a União deve assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, os recursos para manter e desenvolver as instituições de educação superior por ela mantidas (BRASIL, 1996).

A ampliação dos recursos voltada para a reconstituição do orçamento das IFES se deu com o programa de expansão para o interior (2003 a 2006) e o Reuni (2007 a 2012). Este surgiu com o Decreto nº 6.096/2007 para ampliar o acesso e a permanência na educação superior, no nível de graduação, com o melhor aproveitamento da estrutura física e recursos humanos existentes (BRASIL, 2012).

As estruturas educacionais defasadas, o corpo docente e técnico desfalcado, com poucos jovens de 18 a 24 anos matriculados na rede pública fez a sociedade civil ver o acesso à educação superior como uma exclusão social (BITTENCOURT e FERREIRA, 2014).

O investimento nas universidades promovido pelo Reuni tem sido estudado em diferentes óticas na literatura. Vasconcelos e Barbosa (2009) analisaram a composição dos recursos da Universidade Federal de Sergipe e apresentaram os entraves e alternativas para ampliar a captação de receita. Para os autores, a captação de recursos com a descentralização de crédito, via projetos e parcerias, pode majorar o orçamento limitado do governo.

Costa, Costa e Barbosa (2013) estudaram a dotação de recursos e o financiamento da expansão do ensino superior público com a criação de novas universidades (Universidade Federal da Fronteira Sul) e a reestruturação das existentes (Universidade Federal de Santa Catarina). Concluíram inexistir garantias para a permanência dos alunos e planejamento de criação de novos cursos ou aumento de vagas mediante a tendência de abertura de novos cursos.

Moura (2017) avaliou a relação dos recursos provenientes de transferências financeiras de outros órgãos no financiamento das despesas correntes ou capital nas IFES, entre 2012 e 2015. Os resultados evidenciaram IFES com potencial arrecadatório elevado face à aprovação de convênios e outros termos de execução descentralizada.

Nos estudos anteriores observou-se a escassez da análise do financiamento das IFES

após o Reuni. Inclusive, há lacunas em relação às medidas para manter o funcionamento das IFES. Portanto, é importante as análises intertemporais da evolução da economia, do orçamento e despesas executadas nas IFES.

Nessa perspectiva, o presente estudo buscou responder ao seguinte questionamento: A expansão gerada pelo Reuni tem sido acompanhada por capacidade orçamentária e financeira? Para isso, o objetivo geral é analisar a capacidade orçamentária e financeira para manter o funcionamento das IFES após o Reuni.

As discussões são importantes e oportunas, pois avaliam um programa recente de expansão das universidades, cujos problemas e consequências marcaram muitas IFES. A análise da expansão e reestruturação permite compreender as limitações da execução do Reuni e o seu retorno à sociedade.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Teoria de Finanças Públicas

A teoria de finanças públicas explica a intervenção do Estado na economia, trata dos fundamentos e funções de governo. A solução das falhas de mercado depende da intervenção do governo, pois inexitem mercados perfeitamente competitivos (REZENDE, 2001). Segundo Dye (2009, p. 121), “a teoria de opção pública reconhece que o governo deve exercer certas funções que o mercado não consegue desempenhar, isto é, ele deve remediar certas falhas de mercado”. Dentre as quais, destaca-se a oferta de bens públicos,

cujo alto custo impede o provimento pelo mercado e o usufruto de todos.

Giambiagi e Além (2000) acrescentam às falhas, os mercados incompletos, as falhas de informação e a inflação, pois o mercado sozinho não consegue superar todos os obstáculos e proporcionar o bem-estar. Assim, a intervenção do Estado na economia materializada no orçamento público visa garantir a estabilidade, o crescimento e a correção das falhas de mercado. Nesse sentido, o Estado pode assumir três funções clássicas: alocativa, redistributiva e estabilizadora, segundo Musgrave e Musgrave (1980).

2.2 Orçamento Público

No orçamento público detalha-se o programa de atuação do poder público, demonstrando a origem, a quantidade de recursos obtidos, a natureza e o montante de despesas realizadas. Destarte, sintetiza o planejamento, detalha os programas sociais prioritários, discrimina a origem dos recursos obtidos e a realização das despesas alocadas no tempo.

A intervenção do Estado na economia para controlar a variação da renda e promover o desenvolvimento do país resultou na elevação das despesas públicas. Segundo Marques (2016), a reconstituição do orçamento das IFES ocorreu com o programa de expansão para o interior (2003 a 2006) e o Reuni (2007 a 2012).

Os recursos transferidos pela União englobam o orçamento de custeio e de capital destinados ao pagamento das despesas de

manutenção das IFES e formação ou aquisição de um bem de capital, respectivamente. A Lei Orçamentária Anual (LOA) detalha o Orçamento Geral da União utilizado para cobrir as despesas de pessoal (folha de pagamento), custeio (funcionamento, manutenção, reformas, serviços, materiais de consumo) e investimento (obras e aquisição de equipamentos e imóveis). O Reuni foi uma política de ampliação das IFES, em termos orçamentários e financeiros, com vistas a expansão do acesso à educação superior.

3. METODOLOGIA

A avaliação da capacidade das IFES sustentarem seus gastos e manterem o

Quadro 1 - Indicadores orçamentários e financeiros

Descrição das variáveis	Unidades de medida	Fonte
Despesa Corrente – Pessoal e Encargos	R\$	Portal da Transparência do Governo Federal Secretaria de Orçamento Federal (2006 a 2018)
Despesa Corrente – Outras Despesas Correntes	R\$	
Despesa de Capital – Investimentos	R\$	
Orçamento empenhado – Pessoal e Encargos	R\$	
Orçamento empenhado – Outras Despesas Correntes	R\$	
Orçamento empenhado – Investimentos	R\$	
Produto Interno Bruto (PIB)	%	IPEADATA e IBGE (2006 -2018)
Inflação	%	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com os dados coletados estimaram-se as taxas médias anuais de crescimento dos indicadores do Quadro 1, no período de 2006 a 2018. As taxas foram calculadas pela equação da taxa exponencial de crescimento, estimada pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários, dada por:

$$\ln I_t^z = \alpha + \beta \text{Tempo}_t + \varepsilon_t \quad (1)$$

Em que I_t^z corresponde ao valor do Indicador z no ano t; α é o termo constante;

funcionamento das novas e reformadas estruturas se deu pela análise da variação das despesas e receitas. A análise descritiva das ações do governo federal para sustentar as atividades acadêmicas e administrativas após o Reuni baseou-se na pesquisa bibliográfica e documental da execução orçamentária e financeira disponibilizada pela Secretaria de Orçamento Federal, Portal da Transparência do Governo Federal e Controladoria Geral da União. As unidades de análise foram as 53 IFES que participaram do Reuni.

No Quadro 1 detalhou-se os indicadores orçamentários e financeiros.

Tempo uma variável que corresponde a cada um dos anos da análise, $(\beta \times 100)$ é a taxa de crescimento exponencial anual do indicador z; e ε_t é o termo de erro aleatório.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A economia é regulada pela implantação de políticas expansionistas, voltadas para o crescimento dos setores econômicos e PIB; ou restritivas, para conter e fazer os ajustes econômicos. A taxa de

crescimento anual do orçamento comparada ao PIB, sob o contexto da riqueza do país, permite analisar a capacidade orçamentária e financeira das IFES.

O PIB soma todos os bens e serviços produzidos para mensurar a atividade econômica do país (ou região), estado ou município. No recorte temporal de 2006 a 2018, a taxa de crescimento anual do PIB real superou o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medida de inflação, entre 2006 e 2010, com exceção de 2009. Nesses anos, o desempenho favorável da economia nacional contribuiu para aumentar a arrecadação e a redistribuição tributária, repercutindo nos orçamentos federais, estaduais e municipais.

A taxa de crescimento do PIB antes do Reuni foi de 8,48% e da inflação 4,46% ao ano. Após o Reuni, o PIB apresentou um aumento médio de 1,44% e a inflação 9,61% ao ano. Inclusive, tal fato pode ter refletido na autorização dos limites de empenhos necessários à execução dos créditos liberados pelo MEC para manter as atividades pós Reuni.

Entre 2006 e 2008, o cenário econômico e político de prospecção, marcado pela evolução do PIB real favoreceu a implementação de políticas públicas de expansão da educação, como o Reuni. Este promoveu a expansão quantitativa das vagas e matrículas, criou novos cursos noturnos, otimizou e repôs o quadro funcional, interiorizou os campi e IFES.

Ao fim de 2013, com a desaceleração da economia brasileira ocasionada pelas falhas na condução da política por fatores políticos (manifestações populares, em 2013, e incerteza

eleitoral, em 2014); internacionais (redução no preço das commodities, em 2014); e institucionais ou jurídicos (operação Lava Jato que afetou os setores estratégicos da economia como petróleo e gás, construção civil e indústria naval). Em 2015, a queda do PIB refletiu no consumo das famílias, emprego e renda ao instaurar a recessão brasileira.

Ao comparar as taxas de crescimento do orçamento em relação à variação média do PIB (4,77%) e da inflação (8,83%), entre 2006 e 2018, os investimentos para a ampliação e melhoria das estruturas físicas e imobilizadas foram superiores que os demais grupos.

A distribuição do orçamento vinculase ao total de matrículas, quantidade e qualificação do corpo funcional e existência de hospital universitário. Nesse sentido, a matriz Andifes (Decreto nº 7.233/2010) computa o número de matrículas, os alunos ingressantes e concluintes na graduação e pós-graduação de cada período, a oferta de cursos em diferentes áreas do conhecimento, a relação entre alunos e docentes, a existência de programas de mestrado e doutorado avaliados pela Capes e de projetos de extensão.

A composição orçamentária na rubrica de investimento foi similar nas regiões Sudeste, Sul, Norte e Nordeste, apesar da UFABC, UFES, UNILA, UFFS, UNIPAMPA, UNIFESSPA, UFRB, UNILAB, UNIVASF, UFCA, UnB e UFGD apresentarem um crescimento anual inferior ao PIB e à inflação no período. Nas Figuras 1 e 2, demonstra-se a composição orçamentária das IFES localizadas nas regiões Nordeste e Sul, respectivamente.

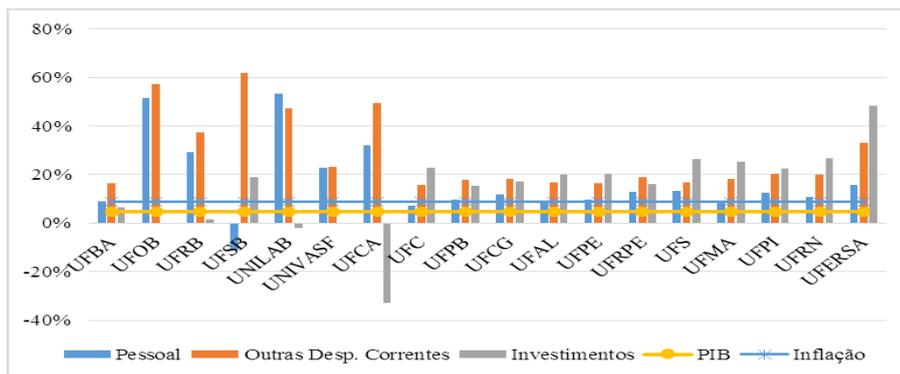


Figura 1 - Composição orçamentária em IFES do Nordeste

Fonte: Dados da pesquisa

Nas IFES localizadas na região Nordeste pode-se observar a prevalência do orçamento para outras despesas correntes e de investimentos em relação ao orçamento de pessoal. O congelamento na realização de concursos públicos e a extinção de alguns cargos da

administração pública federal contribuíram para os resultados apresentados na Figura 1.

Já na Figura 2 pode-se perceber que as IFES mais antigas da região Sul apresentaram um comportamento similar no que tange ao orçamento de investimentos.

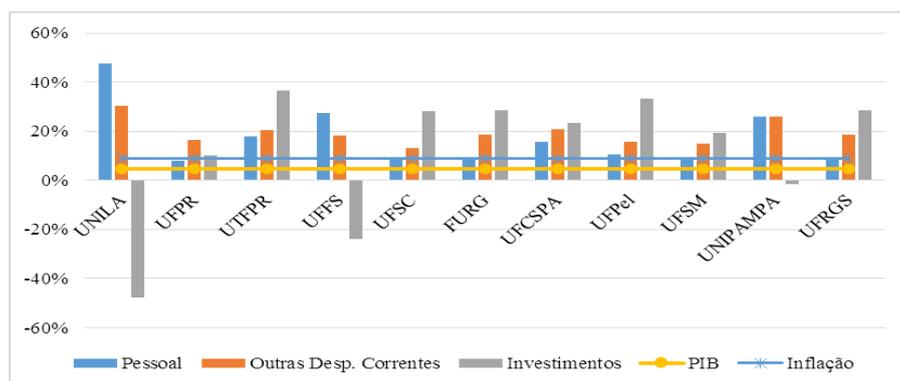


Figura 2 - Composição orçamentária em IFES do Sul

Fonte: Dados da pesquisa

As despesas de pessoal e encargos sociais concentram uma considerável parcela dos recursos orçamentários em termos monetários. Mas a sua participação reduziu com o aporte de recursos para as outras despesas correntes e de capital no período analisado. O maior vulto de recursos para o orçamento de investimento deveu-se aos objetivos do Reuni de expandir e reestruturar as IFES para aperfeiçoar a estrutura física e imobilizada.

Ao fim do programa, a evolução do orçamento de pessoal e outras despesas correntes ficaram acima da inflação e do PIB em todas as regiões. O crescimento do orçamento de investimento inferior ao PIB e a inflação pode comprometer o desenvolvimento das atividades das IFES, em médio e longo prazo, no que tange à realização da readequação e modernização das estruturas para otimizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As outras despesas correntes decresceram após o Reuni no Sudeste, Nordeste e Centro Oeste, e o orçamento de investimento caiu em todas as regiões. Durante o programa, o orçamento destinou-se a construção e reforma da infraestrutura, aquisição de equipamentos, compra de bens e serviços para o funcionamento dos novos regimes acadêmicos, e as despesas de custeio e pessoal.

Lugão (2011) relatou as dificuldades das IFES para comprar material de consumo e pagar as despesas mensais referentes ao funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tais dificuldades perduraram após o Reuni, agravadas por contingenciamentos e cortes orçamentários, sob um contexto de ampliação de gastos com manutenção estruturas.

A análise da capacidade orçamentária e financeira comparou o crescimento do orçamento e despesas em cada IFES. Na execução do Reuni, o crescimento médio da despesa com pessoal foi inferior às outras

despesas correntes e investimentos. Após o Reuni, as taxas de crescimento das despesas com pessoal e outras despesas correntes cresceram devido à criação de novos campi em outras regiões. Ao comparar a variação média do crescimento com o PIB (4,77%) e inflação (8,83%), identificou-se a inferioridade das despesas com pessoal em relação à inflação na UFABC, UNIRIO, UFRJ, UFPR, UFSC, FURG, UFAC, UFPA e UFC.

As outras despesas correntes concentraram o crescimento inferior ao PIB na UFU, UFTM, UNIFESP, UFF e UFPel e abaixo da inflação na UFSM e UFC. Na Figura 3 apresentou-se a composição das despesas das IFES pertencentes à região Nordeste.

A taxa de crescimento anual das despesas de capital em investimentos foi inferior ao PIB na UFMG, UFPel, UnB e UFGD, e à inflação na UNILA, UFBA e UFPI.

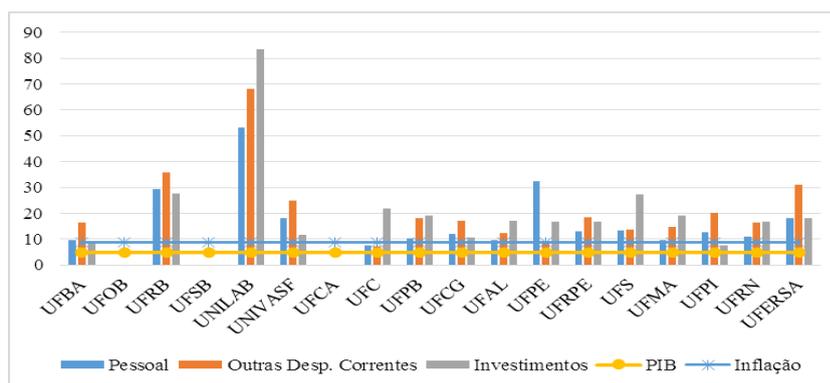


Figura 3 - Composição das despesas em IFES do Nordeste

Fonte: Dados da pesquisa

Nas IFES da região Sul, a taxa de crescimento dos investimentos superou os demais grupos de despesas, devido a sua representatividade e maior volume de aporte

de capital na consecução do Reuni. Contudo, em algumas IFES, como UNILA e UFPel, as ações institucionais focaram no fortalecimento

do quadro de pessoal, representado pelo grupo de despesa com pessoal.

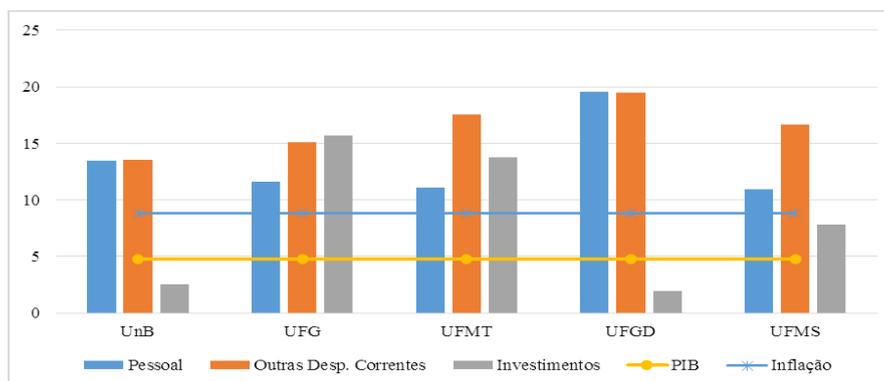


Figura 4 - Composição das despesas em IFES do Centro Oeste

Fonte: Dados da pesquisa

Na Figura 4, resumiram-se as taxas de crescimento dos grupos de despesas das IFES do Centro Oeste, de 2006 a 2018. Na UFMS e UFMT prevaleceu o crescimento das outras despesas correntes, já na UnB e UFGD a taxa de crescimento das despesas com pessoal e outras despesas correntes foram equivalentes.

Em síntese, verificou-se a tendência ascendente das despesas ao longo do tempo, superior à taxa geral de inflação da economia. A contrapartida de adesão ao Reuni foi o acréscimo de até 20% nos orçamentos de custeio e pessoal do ano inicial da assinatura do contrato de gestão, ao prazo de cinco anos, condicionado à capacidade orçamentária do MEC. Já o repasse dos recursos de investimentos vinculou-se ao número de matrículas projetadas.

Entretanto, a concretização de um bem de capital significa o início da geração de custos fixos, que passam a compor as despesas correntes relacionadas aos gastos com limpeza, conservação, vigilância, energia elétrica, água, internet, telefone e material de consumo para manter a nova estrutura operacional. Além da contratação ou realocação do corpo funcional docente, técnico e terceirizado.

Na Tabela 1, resumiram-se as taxas de crescimento médio anual do orçamento de custeio e pessoal em relação às despesas com pessoal e outras despesas correntes em cada IFES, por região, durante o Reuni no período compreendido de 2008 a 2012.

Tabela 1 - Taxa de crescimento durante o Reuni (%)

IFES	Orçamento	Desp. correntes	IFES	Orçamento	Desp. correntes	IFES	Orçamento	Desp. correntes
UFOP	18,25	16,89	UFBA	10,21	9,57	UFPR	7,95	8,29
UFSJ	23,95	21,92	UFRB	25,21	23,58	UTFPR	18,41	20,09
UFV	13,36	12,31	UNIVASF	20,66	19,46	UFSC	8,32	9,2
UNIFAL	20,88	20,27	UFC	7,73	5,02	FURG	10,16	8,64
UNIFEI	20,27	17,81	UFPB	9,22	9,2	UFCSPA	17,58	16,16
UFJF	14,81	11,55	UFMG	13,58	11,67	UFPeI	10,62	8,63
UFLA	16,4	12,63	UFAL	8,84	7,28	UFMS	9,95	7,32
UFMG	9,44	9,16	UFPE	9,81	7,1	UFRGS	10,16	10,77
UFU	8,54	5,49	UFRPE	13,5	12,38	UFAC	7,88	5,88
UFTM	11,63	6,7	UFS	13,19	11,28	UNIFAP	19,62	18,65
UFVJM	25,04	22,44	UFMA	9,65	11,35	UFAM	11,23	9,91
UFSCar	15,28	12,87	UFPI	14,72	14,14	UNIR	15,28	13,43
UNIFESP	7,45	2,9	UFRN	12,69	11,16	UFRR	17,53	14,79
UFABC	31,71	32,83	UFERSA	19,36	18,32	UFT	19,14	19,94
UNIRIO	9,08	6,89	UFES	12,18	11,77	UFPA	11,91	10,22
UFRJ	8,56	6,81	UnB	12,86	13,66	UFRA	15,78	14,51
UFF	10,95	9,19	UFG	12,56	9,95	UFGD	20,25	17,13
UFRRJ	14,71	13,88	UFMT	11,18	9,74	UFMS	11,36	9,69

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 1, a taxa de crescimento do orçamento de custeio e pessoal superior aos 20% propostos ocorreu na UFSJ, UNIFAL, UNIFEI, UFVJM, UFABC, UFRB e UNIVASF, sendo a menor na UNIFESP (7,45% ao ano), que focou na cobertura de despesas de capital. As despesas evoluíram e exigiram a suplementação de crédito face à inferioridade do orçamento planejado em relação à sua execução na UFABC, UFPR, UFTPR, UFSC, UFRGS, UFT, UFMA e UnB.

As informações ocultas na Tabela 1 são das IFES criadas após 2007 desconsideradas para evitar o viés na média regional. As taxas de crescimento anuais positivas do orçamento e despesas de custeio e pessoal sinalizam o aumento nas IFES, entre 2008 e 2012. Todavia, ao comparar com o crescimento da inflação (3,90%) e PIB (6,01%) verifica-se o aumento das despesas na UFU (5,49%), UFAC (5,88%) e

UFC (5,02%) inferior ao PIB e na UNIFESP (2,90%) abaixo da reposição da inflação.

A evolução orçamentária buscou atender aos planos de expansão das IFES para ampliar vagas, cursos, matrículas e funcionários. Com isso, elevou as despesas para manter a estrutura física e imobilizada, que após o Reuni depende de mais recursos para cobrir as despesas correntes geradas. O planejamento e a gestão orçamentária são importantes ferramentas para o aproveitamento dos recursos públicos.

Após um período de prospecção com a criação de novas universidades e campi, houve a retração orçamentária e financeira. Assim, as universidades tiveram que decidir pelas prioridades, escolher onde promover os cortes; optar por quais serviços manter e bens comprar; paralisar as obras ou suspender os projetos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração de políticas públicas educacionais, os gestores devem planejar a continuidade do financiamento das novas estruturas operacionais para garantir as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Estado é o principal responsável por manter a educação superior pública. Para isso, realiza a distribuição e alocação do orçamento para a cobertura de despesas com pessoal (ativos, inativos, pensionistas, benefícios), custeio e capital. A alocação de recursos públicos é o exercício da função redistributiva do governo.

A análise dos indicadores de gestão orçamentária e financeira mostrou a tendência de crescimento das despesas ao longo do tempo, acima da taxa geral de inflação da economia. Contudo, os resultados dos programas retornam à sociedade no ensino, pesquisa e extensão.

A avaliação do Reuni permite identificar as demandas para políticas públicas complementares. Apesar de prioridades da agenda de um governo divergir das pleiteadas pelo outro, por ser comum a descontinuidade de programas de trabalhos. Os interesses políticos classificam o volume aportado para a educação superior como um investimento ou dispêndio.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, N. C. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 13, n. 3, p. 647-680, 2008.
- BITTENCOURT, M. F. N.; FERREIRA, P. A. As obras na implementação de políticas públicas: o caso do REUNI. **ENCONTRO DA ANPAD**, v. 38, 2014.
- BRASIL. Constituição de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012. Brasília, DF: MEC, 2012.
- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Portal da transparência**: gastos diretos por ação governamental. 2002 a 2018.
- COSTA, D. M.; COSTA, A. M.; BARBOSA, F. V. Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: o REUNI e as perspectivas para o REUNI 2. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 1, p. 106-127, 2013.
- DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 99-128. 2009.
- GIAMBIAGI, F.; ALEM, A. C.. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus. 2000.
- LUGÃO, R. G. **Consequências, limites e potencialidades na implementação do programa REUNI em IFES de MG: um estudo multicaso**. 2011. 72f. 2011. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- MARQUES, L. T. Análise da relação entre os indicadores de desempenho e as variações das despesas públicas em universidades federais de ensino superior. In **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**, 2016.
- MOURA, L. Estudo sobre a relação entre as receitas e as despesas das universidades públicas federais nos anos de 2012 a 2015. 2017. 66 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília.
- MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. **Finanças públicas**: teoria e prática. Rio de Janeiro. Campus, São Paulo. 1980.
- REZENDE, F. **Finanças públicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas. 2001.
- VASCONCELOS, G. M.; BARBOSA, J. D. A sustentabilidade financeira da Universidade Federal de Sergipe: Entraves e Alternativas. In: **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, 2009, Florianópolis.